



Encontro
da **Rede** **10**^o
de **Estudos Rurais**

**“Terra, Fome e Poder:
Desafios para o rural contemporâneo”.**

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

A implantação do Programa de Aquisição de Alimentos na comunidade rural de Matinha, São Luís-MA

Bianca Sampaio Corrêa¹

GT 9: Políticas Públicas, segurança alimentar e combate à fome.

RESUMO

O Programa de Aquisição de Alimentos criado nos anos 2000 surge como estratégia do governo federal para amenizar as desigualdades sociais no Brasil por meio do fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. Este artigo tem como objetivo apresentar alguns resultados e discussões sobre a implantação do PAA na comunidade rural de Matinha, localizada em São Luís-MA, a partir da modalidade de compra e doação simultânea em que o programa é operacionalizado. Para tanto, utilizou-se entrevistas semiestruturadas a fim de captar, sob a ótica dos agricultores, dos beneficiários consumidores e dos órgãos institucionais, as implicações do programa sobre a inclusão produtiva e social. Os resultados da pesquisa a partir de uma abordagem qualitativa, entre os anos 2016 e 2018, revelam que o PAA trouxe mudanças quanto a comercialização, organização produtiva e de renda, mas expressa alguns entraves de acesso burocráticos e de contingenciamento de recursos.

Palavras-chave: Agricultura familiar; segurança alimentar; Programa de Aquisição de Alimentos.

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense(UFF). Email:biancasampaio-c@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O ano de 2003, período de ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência, foi marcado por conquistas no âmbito do desenvolvimento e legitimação do campo da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil, assim como a criação de políticas públicas para segmentos da sociedade civil que encontravam-se menos invisibilizados, especialmente no período da ditadura militar até meados da década de 80. Todavia, com a redemocratização do país a relação Estado e sociedade começa a se estabelecer de forma mais próxima através, sobretudo, da participação mais ativa de organizações sociais na luta pelos direitos, como, por exemplo, o acesso ao alimento e à alimentação adequada.

Diante desse contexto, surgem políticas públicas voltadas para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional com o intuito de amenizar as desigualdades sociais, especificamente a fome. Houve ganhos, ao direito humano a alimentação—direito de não sofrer fome –, como revela o progresso de vários indicadores associados à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Como resultado de uma série de esforços, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “a insegurança alimentar grave no país caiu constantemente de 2004 (6,9%) até 2013 (3,2%), quando alcançou seu menor patamar histórico (IBGE, 2014), o que fez com que o Brasil saísse do Mapa da Fome das Nações Unidas” (SANTARELLI E BURITY, 2017, p.9).

Neste sentido, podemos afirmar que existe uma questão alimentar no desenvolvimento dos países. Neste quesito, o alimento é considerado além de um direito, também uma mercadoria globalizada, carregada de símbolos e de relações

de poder que se processam entre os próprios Estados-Nação. Portanto, como afirmam Burlandy e Maluf (2016), para analisarmos os desafios postos para a soberania e a segurança alimentar e nutricional é importante considerarmos as relações entre micro- e macropolíticas. Diante disso, as decisões microssociais condicionam e são condicionadas pelo macrossistema alimentar, pois dependem de quanto ele é objetivamente capaz de produzir e disponibilizar, a preços e condições acessíveis de consumo, tanto alimentos como refeições. Desse modo, a construção da Segurança Alimentar e Nutricional carrega consigo distintas concepções por parte dos governos, agronegócio, movimentos sociais, entre outros, que coloca este conceito da SAN em disputa no campo das políticas, programas, ações governamentais e não governamentais.

A partir de uma de um método que caminha do abstrato ao concreto, entendido, aqui, como instrumento de mediação entre o homem que quer conhecer e o objeto desconhecido, isto é, como uma parte do real a ser investigado (LESSA, 2001), este artigo tem por objetivo apresentar alguns resultados e discussão sobre as implicações da implantação do PAA na comunidade rural de Matinha, localizada em São Luís-MA², para a inclusão produtiva e social dos agricultores familiares que acessam o PAA por meio da comercialização dos seus produtos e os beneficiários consumidores que recebem os alimentos advindo do programa, através do cadastrado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

²Os resultados e discussão apresentados neste trabalho partem da pesquisa de mestrado, entre 2016 e 2018, sobre as implicações socioeconômicas do PAA na comunidade rural de Matinha, em São Luís-MA. No entanto, as reflexões estão sendo aprofundadas no doutorado em curso

A comunidade de Matinha está localizada no bairro Maracanã, próximo a BR-135 na área peri-urbana a 18 km do centro de São Luís. Com aproximadamente 1.640 habitantes a sua principal atividade econômica é o cultivo de produtos hortifrutigranjeiros. A sua área corresponde a 270 hectares, englobando os bairros: Maracanã, Vila Sarney, Vila Esperança e Rio Grande, e também o Parque da Juçara e o Viva Maracanã (CORRÊA,2018).

Convém salientar, que esta área da zona rural de São Luís caracteriza-se pela produção advinda da agricultura familiar e convive com dinâmicas diferenciadas de intervenção do poder público em relação à região sul do Maranhão. De um lado, tem-se uma área cuja intervenção estatal se dá, sobretudo por meio de políticas públicas cujo caráter observado é mais propriamente de cunho compensatório (visando a amenizar a pobreza) que de fortalecimento da agricultura familiar no que tange, especificamente ao desenvolvimento de suas potencialidades produtivas por meio de um limite maior de crédito e suporte logístico a outros mercados para além do mercado institucional. Por outro lado, na região sul do estado desde a década de 1970, nos marcos das políticas de modernização da agricultura, o estado do Maranhão passou a perseguir um modelo de desenvolvimento agrícola que privilegia a agricultura patronal mais conhecida como agronegócio, a qual diferentemente da agricultura familiar, prioriza a monocultura, exportação de alimentos e uso do solo com insumos químicos altamente nocivos à saúde da população. Ademais, como resultado do avanço do agronegócio no Maranhão, a questão agrária tem se complexificando, a exemplo disso o último relatório da Comissão Pastoral da Terra (2020) revela que o número de pessoas envolvidas em conflitos no campo é o maior desde 1985, chegando ao número de 137.515 famílias envolvidas sendo

frequentemente as populações indígenas e quilombolas mais afetadas.

Diante desta perspectiva, a reflexão considerada aqui, busca compreender o conceito de segurança alimentar e nutricional com base nos princípios de soberania alimentar e o direito humano a alimentação. Segundo Burlandy e Maluf (2016), isto implica em considerar as múltiplas concepções que englobam o conceito de segurança alimentar e os diversos atores sociais envolvidos em seu processo de construção, desenvolvimento e execução via políticas públicas. Neste sentido, a ótica produtivista, tanto das políticas públicas quanto dos modos de vida dos agricultores, passa a ser considerada também do ponto de vista do acesso; especialmente quando a segurança alimentar é considerada enquanto objetivo a ser atingido por essas políticas de compras públicas.

A partir de uma abordagem qualitativa utilizou-se como instrumental técnico entrevistas semiestruturadas realizadas com os agricultores familiares cadastrados no PAA, e, também, com os representantes do poder público – Secretaria Municipal de Segurança Alimentar (SEMSA) e beneficiários consumidores do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Nestas entrevistas semiestruturadas, o roteiro ou guia serviu para orientar a conversa, permitindo que o entrevistado levantasse pontos não contemplados pelo roteiro, mas mantendo o controle por parte do entrevistador (RICHARDSON, 1985). Além disso, foi realizada a análise de fontes secundárias produzidas pelos institutos de pesquisa, entre eles o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; monografias, dissertações e teses; artigos e dados dos órgãos oficiais tais como da Secretaria Municipal de Segurança Alimentar- SEMSA e do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANESAN).

Além desta introdução, este artigo propõe três outros itens. No primeiro apresenta-se um breve histórico da construção do campo de segurança alimentar e nutricional no Brasil que passaram orientar as políticas de compras públicas para agricultura familiar e a participação social neste processo. No segundo avançamos na discussão apresentando dados que evidenciam os aspectos sociais e econômicos da população do Maranhão à luz do conceito de segurança alimentar e nutricional. No terceiro, apresenta-se alguns resultados da pesquisa realizada na comunidade de Matinha sob a ótica dos atores sociais (agricultores familiares e beneficiários consumidores) que acessam o Programa de Aquisição de Alimentos. Por fim, temos as considerações finais e as referências bibliográficas estudadas.

A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL:

A construção social da segurança alimentar e nutricional no Brasil remonta à segunda metade dos anos 1980 e a coloca ao lado de outros frutos da redemocratização do país. Assim como há uma construção conceitual e político-institucional da categoria agricultura familiar desde meados dos anos 1990, igualmente alimentada pela participação social. O contexto, como mencionado, caracteriza-se pela colocação da segurança alimentar e nutricional e da sustentabilidade ambiental como referências organizadoras de programas especificamente dirigidos à agricultura familiar, por sua vez, categoria que abrange uma diversidade social e identitária geradora de demandas específicas.

Neste sentido, considerar as configurações histórico-sociais em que as políticas orientadas por referenciais são construídas faz-se de extrema importância no que se refere as dinâmicas externas e internas dos atores sociais envolvidos neste processo.

Além disso, a SAN diz respeito aos bens alimentares (alimentos) e ao modo como eles são apropriados pelas famílias e grupos sociais (alimentação) (MALUF, 2009, p.9). O direito à alimentação deve ser assegurado por meio de políticas de SAN, por sua vez, uma responsabilidade do Estado e da sociedade sobre a qual pesam obrigações frente a normas legais universais. Por conseguinte, a promoção da SAN requer o exercício soberano de políticas relacionadas com os alimentos e à alimentação que se sobreponham à lógica mercantil estrita, isto é, à regulação privada – e incorporem a perspectiva do direito humano à alimentação, como já destacado acima.

Como aponta Maluf (1995), a SAN não deve confundir-se com estabilidade de abastecimento dos produtos alimentares, e com a manutenção de estoques estratégicos, uma vez que deve estar associada ao direito humano à alimentação adequada. De acordo com o autor é possível pensar alternativas de agroindustrialização e para a indústria alimentar, que além de combinadas com a revisão do modelo agrário, captem a diversidade regional e contribuam com a indução da concorrência através de pequenas e médias empresas de âmbito local ou regional. Outra dimensão do sistema agroalimentar que interfere nas condições de acesso à alimentação adequada é a autossuficiência da produção de alimentos básicos, cuja consequência refere-se a disponibilidade de alimentos a preços baixos. Note-se que a análise dos preços dos alimentos não deve ser considerado sob a via da disponibilidade de alimentos, sobretudo porque, as condições de acesso deve-se à recuperação, ainda que gradativa, das condições de renda da população. Desse modo, a adoção de políticas públicas de SAN exige-nos pensar em novas estratégias, não de reprodução do modelo de desenvolvimento agroalimentar vigente, mas em instrumentos diferenciados de regulação pública das atividades econômicas e da promoção da produção, distribuição e consumo de alimentos.

A construção de um entendimento em torno dessa noção entre representantes da sociedade civil e governos, nutricionistas e camponeses, entre outros atores, em 2005, durante a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e a sua institucionalização com a LOSAN, em 2006, foram passos fundamentais para consolidar um campo de atuação comum e uma política de Estado voltada à garantia desse direito. Cabe salientar a importância que a LOSAN teve tanto na criação do conceito da SA, quanto do SISAN, com o objetivo de garantir o acesso à alimentação adequada e saudável a partir de uma rede de articulação entre setores, atores e dimensões que estruturam o sistema alimentar. Um sistema de políticas públicas que se diferencia dos demais pelo espaço e peso que a participação social possui e por sua característica intersetorial. Portanto, o SISAN visa estimular o trabalho conjunto entre os diferentes setores e esferas de governo e as organizações da sociedade civil, para articular um conjunto de políticas e programas nos campos da saúde, educação, alimentação escolar, agricultura familiar, reforma agrária, assistência social, entre outros, visando otimizar o impacto delas na SAN, inclusive a partir da inclusão de novos temas e perspectivas fundamentais para o DHANA, a exemplo da agroecologia e da agricultura urbana.

Nas últimas duas décadas, uma vigorosa atuação da sociedade civil fez emergir a segurança alimentar como uma inovadora agenda pública, incorporada enquanto política de Estado e campo de pesquisa nas universidades. Com a criação e a descentralização do SISAN através da instituição de CONSEAs e Câmaras Interministeriais de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISANs) nacional, estaduais e municipais, o protagonismo da sociedade civil e o envolvimento do poder público na construção e articulação de políticas promotoras de SAN foram favorecidos. Todavia, apesar dos avanços o período mais recente da conjuntura política nacional

brasileira se configurou em retrocessos dos ganhos obtidos em relação ao direito do acesso a alimentação adequada por meio da promoção da segurança alimentar. Desde que o governo Temer até o governo Bolsonaro – vêm sendo adotadas diversas medidas que impactam negativamente a realização de direitos sociais e, conseqüentemente, a realização do DHANA. As ações afetam justamente os pilares que garantiram o combate à fome e à pobreza: as instituições criadas ou fortalecidas nos últimos anos, o marco legal, os programas sociais que inspiraram diversos países e a participação social.

Cenários contemporâneos da segurança alimentar e nutricional no Maranhão:

O ano de 2020 se destaca como um contexto marcado em que uma crise sanitária se sobrepôs à crise econômica e política que lhe é anterior, fato esse que impõe a necessidade de monitoramento frequente da condição alimentar e nutricional não somente no estado do Maranhão, mas como no país em geral.

Segundo dados do Instituto maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, o estado do Maranhão, entre os anos destacados acima seguiu a mesma tendência do Brasil. “Nos anos 2015 e 2016, que apontam forte queda do nível de atividades, o Maranhão foi mais impactado que o país, tendo em vista os reflexos da maior recessão já sofrida pela economia brasileira” (2ºPLANESAN,2021, pg.18). A partir de 2017, o Maranhão apresentou um aumento nas taxas de crescimento econômico (+5,3%), valor quatro vezes maior comparado ao nacional (1,3%). Isto deu-se em virtude da recuperação do setor agropecuário maranhense, com destaque, por exemplo, para a produção de soja somado a outros setores de produção terciária nos segmentos do Comércio e Administração Pública (3,0%) (2ºPLANESAN,2021, pg.19). Porém, ainda segundo dados do 2º Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Maranhão, em 2020, com a

acelerada disseminação da COVID-19 que resultou na crise sanitária ocasionou, conseqüentemente, a crise econômica, o que culminou em queda no nível de atividades econômicas em escala mundial. Diante deste quadro revisou-se no Maranhão a variação negativa em 2020 de 3,8% em comparação com a média nacional que foi de 4,1%.

Convém salientar que apesar da eminente elevação da relação PIB por habitante no Maranhão ter alcançado R\$ 13.955,75 em 2018 o estado ainda se mantém com o menor PIB *per capita* do país. Além disso, o Maranhão possui, proporcionalmente, o maior contingente populacional vivendo na área rural do Brasil (36,9% segundo dados do Censo demográfico de 2010) (2º PLANESAN, 2021, pg.21). Em relação a economia rural maranhense, Mesquita (2011) observa a convivência de várias “agriculturas”:

Esquemáticamente teríamos uma agricultura tradicional (não capitalista) que alguns também classificam de itinerante, atrasada, subsistência, não capitalista ou simplesmente de agricultura familiar, conduzida por produtor não capitalista e direcionada à produção de alimentos básicos. E uma outra, comercial, patronal, empresarial, moderna (capitalista), sob forma de monocultura especializada/mecanizada e voltada para mercados específicos (MESQUITA, 2011, p.51).

O autor salienta que á a frente da agricultura familiar “tradicional” se encontra o minifúndio, constituído por posseiros e arrendatários e pequenos proprietários muito dispersos (desorganizados política e economicamente) e em contínuo processo de mutação, em toda a extensão do estado e com expressão declinante em termos de participação de área, e quantidade colhida e valor da produção. Esta realidade pode ser constatada segundo os dados abaixo:

Tabela 1 - Evolução da área dos estabelecimentos agropecuários segundo Grupos de Área Total (em%) - Maranhão (1985 a 2017)

Grupos de área	1980	1985	1995	2006	2017
Menos de 10 ha	4,78	4,35	3,1	1,37	1,47
10 a menos de 100 ha	13,07	15,19	19,14	20,13	18,89
100 a menos de 1.000 ha	38,32	38,61	41,41	42,38	36,11
1.000 ha e mais	43,83	41,85	36,35	36,12	43,53
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA, 2019).

Por conseguinte, esses dados mostram que apenas os maiores estabelecimentos tiveram sua área total ampliada o que indica o retorno da concentração de terra e o avanço do agronegócio sobre as terras dos agricultores familiares. Como aponta Corrêa (2018) esta realidade é fruto do modelo de desenvolvimento historicamente implantado no campo maranhense, que se deu de forma centralizadora em virtude de privilegiar alguns segmentos da população. Esse formato de “desenvolvimento” se baseia em enclaves econômicos a serviço dos interesses do grande capital, e, portanto, desvinculados das localidades onde são implantados. Por isso, mesmo, o desenvolvimento local, baseado na agricultura familiar, depende de políticas de estado, que regule, inclusive, as assimetrias do mercado, pois, deixada à própria sorte frente às forças do mercado, a agricultura familiar se transforma em alvo fácil dos grandes monopólios e oligopólios.

Conseqüentemente, este processo de desenvolvimento que no dizer de Mesquista (2011) é caracterizado como desigual corrobora com a propagação das mazelas sociais, inclusive da pobreza e fome no estado. Pois, apesar da agricultura

familiar se revelar como imprescindível ao sustento da mesa dos maranhenses, pois a maior parte de alimentos produzidos advém da agricultura familiar e não da monocultura privilegiada pelo agronegócio, a realidade tem se configurado contraditória para os agricultores, povos e comunidades tradicionais que vivem e dependem do meio rural como meio de subsistência constantemente se veem alijados em decorrência da expansão do agronegócio que se apresenta como ameaça iminente da perda dos postos de trabalho na agricultura, reforçada pelas práticas de expulsão, grilagem e violência impostas às famílias que vivem no campo.

Nesse sentido, a implementação de políticas públicas para as populações rurais são imprescindíveis, sobretudo, porque o quadro de insegurança alimentar (IA) atinge a população brasileira que vive nas áreas urbanas 39,05% e áreas rurais 5,76% (2ºPLANESAN,2021, pg.26). Quanto ao estado do Maranhão a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017/2018 citada no 2ºPLANESAN (2021, pg.27) revelou que, "dos 66,2% domicílios maranhenses com IA, 30,9% (609.000 domicílios) tinham incidência do tipo moderada (IAM) e grave (IAG). Enquanto no Nordeste, esse percentual era de 20,5% (3.677.000 domicílios), no Brasil, era de 36,7% (8.734.000 domicílios) nessa situação".

Diante disso, para além das limitações vigentes, as políticas de segurança alimentar e nutricional de um lado, como o PAA, já denotam alguns efeitos positivos na vida dos sujeitos de direitos (especialmente a alimentação adequada) que acessam o programa e, de outro revela também alguns entraves enfrentados por parte dos agricultores beneficiados.

A MODALIDADE DE COMPRA E DOAÇÃO SIMULTÂNEA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM SÃO LUÍS/MA:

A modalidade compra e doação simultânea implantada em São Luís, no Maranhão, estabelece uma intrínseca relação entre produção, compra e consumo efetivada por meio da Secretaria de Segurança Alimentar (SEMSA), a qual compra os alimentos dos agricultores e os doa para as famílias de baixa renda atendida nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de vários bairros de São Luís, consideradas em situação de insegurança alimentar. Além disso, contribui para a autonomia dos agricultores em relação aos "atravessadores"/"intermediários" ao assegurar a mediação entre consumo e produção.

Sob a perspectiva da produção de alimentos, algumas estratégias como os circuitos locais de produção de alimentos são capazes de viabilizarem a reconexão (produção-consumo), sob outra racionalidade produtiva a exemplos da produção de alimentos orgânicos ou agroecológicos fomentados pela intervenção do Estado, mediante programas e políticas públicas (BEZERRA; SCHNEIDER, 2012). Desse modo, a circulação, seja na produção, seja no consumo de alimentos no âmbito local, potencializa ou oportuniza, também, outras relações sociais, econômicas e alimentares que vão além da simples resistência ao processo de desconexão do sistema agroalimentar.

Nesse sentido, o PAA articula a produção de alimentos ao consumo local, respeitando a sazonalidade, a proximidade, os atributos de qualidade, o saber-fazer local, a diferenciação etc., o que contrapõe ao modelo de produção assentado em grandes corporações, que valoriza a distância, a padronização, a durabilidade dos produtos, a impessoalidade e subordina o tempo e o lugar à acumulação de capital (TRICHES, FROEHLICH, 2008).

As mediações político-institucionais do PAA na comunidade rural de MATINHA:

A relação institucional estabelecida entre a comunidade de Matinha e a Secretaria Municipal de Segurança Alimentar (SEMSA) de São Luís, tem contribuído com as famílias, principalmente na questão da logística por meio do Programa de Aquisição de Alimento, pois estas não precisam fazer a entrega dos produtos ponto a ponto como evidenciado em entrevista com uma agricultora familiar da comunidade, *“a gente não precisa de atravessador, a gente passa os produtos por um preço justo e sem contar que incentiva também a produção coisa que ficou extinta durante muitos anos aqui no Brasil, a questão da produção”* (AF, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRODUTORES RURAIS DE MATINHA, 2017; CORRÊA, 2018).

Outra questão que facilita a comercialização da produção na comunidade é a mediação político-institucional, pois existe a facilitação por meio da SEMSA, quanto à adequação dos produtos para a entrega, à embalagem, rotulagem dos alimentos conforme a demanda. Cabe ressaltar que na comunidade de Matinha, o processo de logística dos alimentos é realizado mediante a entrega dos alimentos pelos agricultores na Associação de Moradores e Produtores Rurais (central de recebimento dos alimentos não só dos agricultores desta comunidade, mas de outras próximas). O processo de recebimento dos alimentos pela SEMSA quanto à mensuração do peso e embalagem.

Nesta etapa de operacionalização do PAA, cabe à SEMSA embalar as cestas de alimentos para a entrega aos beneficiados consumidores – as famílias de baixa renda como já mencionado anteriormente.

Corrêa (2018) ressalta que a Associação de Moradores e Produtores Rurais de Matinha neste processo de comercialização para o PAA junto a SEMSA, tem papel fundamental no fortalecimento da comunidade ao possibilitar para além da comercialização o suporte logístico para escoamento da produção: *“se não fosse*

esses programas de 2013 pra cá a associação nem funcionava mais, aí quer dizer que o Programa além de ajudar os agricultores ele fortalece as associações, porque se não fosse esses programas ela não funcionava mais não, porque ela foi reformada por conta do Programa (AF, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRODUTORES RURAIS DE MATINHA, 2017).

De acordo com a coordenadora do PAA, na primeira etapa do programa 300 agricultores foram cadastrados e distribuídos 377.412 kg de alimentos entre hospitais e associações inscritas nos CRAS, público beneficiado. Na segunda etapa iniciada em 2017, o valor investido pelo MDS diminuiu totalizando um valor de 1.155.000, 00 (um milhão cento e cinquenta e cinco mil reais) e 178 agricultores cadastrados, havendo, pois, uma diminuição do número de agricultores atendidos. Foi distribuído até o mês de maio de 2017, o total de 47 toneladas de alimentos, considerando que nesta segunda etapa o público beneficiado foram apenas os CRAS, no total 2.160 famílias, isto é, 8.640 pessoas aproximadamente.

Este cenário de contingenciamento de recursos corrobora com os dados do Ministério da Cidadania (MC), antigo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), cujos recursos disponíveis para a execução da modalidade doação simultânea, do PAA, reduziram por volta de 74% entre 2014 e 2019 (BRASIL, 2019). Ademais, as ações governamentais neste período apontavam para a desestruturação da política de agricultura familiar que tiveram seu ponto máximo de investimentos no governo Lula. Observa-se evidências de retrocesso dessa política, sobretudo na realidade empírica da comunidade rural de Matinha, pois o que antes possibilitava um planejamento produtivo e renda fixa, atualmente, tem gerado insegurança em relação ao quanto produzir comprometendo, assim, a reprodução social dos agricultores familiares, em virtude da redução contínua de 300 para o número atual de 93 (entre

2014 – 2020) das adesões dos agricultores no PAA.

O PAA sob a ótica dos agricultores familiares e beneficiários consumidores:

Um dos principais gargalos enfrentados pelos agricultores familiares diz respeito ao limite de compra do programa, pois o valor de R\$ 6.500 anual ao mesmo tempo em que significa para os agricultores a aumento e escoação da sua produção, tendo em vista que a maioria tem dificuldade financeira e logística em transportar os alimentos para locais como as feiras na região mais próxima, neste caso, para os bairros localizados na zona urbana de São Luís; na perspectiva deles esse limite anual deveria aumentar tendo em vista possibilitar maior independência no acesso a outros mercados.

Segundo os agricultores o aumento do valor pago pelo programa revelaria o potencial produtivo que possuem carecendo de mais incentivo neste sentido de aumento do crédito. Além disso, durante os anos de 2016 a 2018 foi evidenciado nos relatos dos agricultores a preocupação com a possível descontinuidade do programa consequência da configuração política em que o país se encontrava, de desmantelamento das políticas, especialmente com o contingenciamento de recursos como já destacado acima e a extinção de alguns ministérios como o MDA.

Neste sentido, apontaram o fato do PAA ser apenas um programa e não uma política agrícola como pode ser observado na seguinte fala de um dos agricultores familiares: *"A gente corre o risco de o programa deixar de existir...Ele traz ânimo e incentivo, precisa ser mais ampliado"* (AF, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRODUTORES RURAIS DE MATINHA, 2017; CORRÊA,2018). Segundo Corrêa (2018) a preocupação dos agricultores está ancorada no fato do PAA, não ser uma política de estado, logo não possui a estabilidade necessária para que o agricultor possa investir na produção de alimentos.

Quanto ao acesso no PAA relatos dos agricultores apontam que as exigências burocráticas são vistas como algo que representa alguns dos entraves para o acesso ao programa, como pode ser evidenciado na seguinte fala:

Tem a questão financeira, de banco aí a gente percebe que tem muito agricultor que tem certa dificuldade de lidar com essas questões financeiras, bancárias, tem muitos agricultores que ainda não são letrados, então isso é um fator que pesa muito. Às vezes também o cartão que nunca veio, tem muitos agricultores que ainda não receberam seus cartões, sendo que pra essa etapa tem um prazo. E quando começar tem uma outra remessa com outros agricultores (AF, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRODUTORES RURAIS DE MATINHA, 2017; CORRÊA,2018).

Embora o programa expresse algumas limitações, na perspectiva dos agricultores, o PAA representa também alguns ganhos obtidos como sinalizado na seguinte fala: *“Na questão da renda melhorou, e é mais valorizado os nossos produtos”* (AF, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PRODUTORES RURAIS DE MATINHA, 2017; CORRÊA,2018).

Em relação a ótica dos beneficiários consumidores cadastrados no CRAS, bairro do Anjo da Guarda em São Luís, observou-se que eles veem o programa como um meio que trouxe mais qualidade de vida no sentido de ajuda-los a consumir alimentos saudáveis, tendo em vista que os consumidores dispõem de poder de renda baixo. Todavia, conforme relato de uma entrevistada sobre a entrega dos alimentos, a mesma afirmou que *“o Programa é ótimo. Assim, tá fazendo um ano que a gente recebeu se fosse uma vez por mês seria melhor né”*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A pesquisa de campo mostrou que o PAA traz elementos em sua concepção que apontam para um redirecionamento do entendimento sobre o papel que a agricultura familiar aliado a essas políticas exercem no desenvolvimento da sociedade brasileira, principalmente nas perspectivas de desenvolvimento mais equitativo e que visa a incorporação de setores excluídos e sujeitos a situação de vulnerabilidades.

Todavia, as ações das políticas de segurança alimentar expressam interesses que tendencialmente se confrontam, pois ao mesmo tempo em que o interesse da sociedade civil de um lado, se configura na participação social e defesa pela continuidade das políticas públicas que visam atender as demandas das populações em situação de pobreza. Por outro, apesar dos avanços em programas como o PAA, o programa tem sido palco de ações do governo ultra neoliberal cujo interesse maior se expressou no desmonte de políticas públicas, ministérios e conselhos de segurança alimentar que exerciam papel fundamental na articulação de pautas a favor da produção da agricultura familiar aliada a noção de sustentabilidade ambiental e combate a fome.

Portanto, embora o PAA se mostre para os agricultores familiares de Matinha como um meio de acessar o mercado e escoar sua produção sem a necessidade de vendê-las apenas por meios dos atravessadores, porém o programa revela limites que se expressam em decorrência de fatores resultantes sobretudo da conjuntura política refletida em um interesse de Estado pontual que se manifesta de forma desigual nas suas ações de superação do subdesenvolvimento.

Nestes termos, a Segurança Alimentar (SA) engloba o objetivo de garantir, a todos, condições de acesso suficiente, regular e a baixos custos aos alimentos básicos (MALUF, 1994). Por consequência, as políticas de SA teriam como público-alvo o

conjunto dos trabalhadores, não apenas os segmentos em situação de pobreza extrema, e como campo de intervenção os determinantes das condições de acesso (emprego e renda) e de produção (estrutura produtiva, disponibilidade e preços) dos alimentos básicos.

A proposta de pesquisa desenvolvida sugere uma série de perguntas orientativas para o doutorado em curso e podem assim ser delineadas: Quais as principais ideias, atores e interesses na construção e implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural para a comunidade de Matinha? De que forma as políticas públicas se expressam sob o ponto de vista do acesso? Como a noção de desenvolvimento rural tem orientado a ação do Estado e sociedade civil por meio das políticas públicas para os agricultores familiares ?

REFERÊNCIAS

Burlandy, L; Maluf, R. S. (2016). **Soberania Alimentar: dimensões de um conceito em construção e suas implicações para alimentação no cenário contemporâneo.** In: Taddei, J. A. et al (orgs.). *Nutrição em Saúde Pública*. Rio de Janeiro: Rubio, 2ª ed., p. 387-394.

CORREA, Bianca Sampaio. **O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: implicações socioeconômicas junto aos agricultores familiares da comunidade de Matinha - zona rural de São Luís.** Dissertação de mestrado- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão. São Luís,2018.

LESSA, Sérgio. **O Método.** Fortaleza: UFC, Mímeo, 2001.

MESQUITA, Benjamim Alvino. **O Desenvolvimento Desigual da Agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar.** São Luís: EDUFMA, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: Métodos e Técnicas.** São Paulo: Atlas, 1985.

Santarelli, M.; Burity, V. et al. (2017). **Da democratização ao golpe: avanços e retrocessos na garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no Brasil.** Brasília: FIAN Brasil, 75 p.

II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Maranhão.São Luís: Tiragem,2021 .

